

O "PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS" E SUA OPERACIONALIZAÇÃO NO CENTRO SUL DO PARANÁ

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires¹

PATZLAFF, Airton Carlos²

PATZLAFF, Priscila Maria Gregolin²

GREGOLIN, Graciela Caroline²

GERVASONI, Francieli Pilati¹

ZONIN, Wilson João¹

Recebido em: 2014.10.20

Aprovado em: 2015.03.12

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.1380

RESUMO: O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) foi criado em 2003 e consolidado em 2004, substituindo o "PRONAF Infra-estrutura e Serviços Municipais", o qual outrora atendia projetos de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar em escala municipal. Com efeito, nota-se que o objetivo do PRONAT é mais amplo, visando promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável em ampla gama de territórios rurais. Embora o PRONAT tenha objetivos bem delineados, os dados deste estudo revelaram várias dificuldades pragmáticas por parte dos territórios envolvidos, sobretudo na propositura de projetos que dialoguem com as diretrizes do programa. Sendo assim, esse itinerário científico objetivou analisar os projetos financiados pela SDT no Território Centro Sul do Paraná e a relação dos mesmos com os propósitos do PRONAT. Para tanto, utilizou-se informações provenientes do Sistema de Gestão Estratégica da SDT - SGE e conceitos apresentados nos documentos base do programa. A apreciação dos dados empíricos revelou diversas ações positivas financiadas pela SDT no Território em questão, porém, observou-se uma grande concentração dos recursos nos municípios maiores. Em suma, concluiu-se que, no Território Centro Sul do Paraná, a aplicação dos recursos do PRONAT não condiz plenamente com a atual abordagem de desenvolvimento territorial proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, fato este que pode ser resultado da falta de reflexões holísticas e da escassez de diálogos entre os agentes envolvidos.

Palavras-Chave: Política pública. PRONAT. Projetos.

THE "NATIONAL PROGRAM FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF RURAL TERRITORIES" AND ITS IMPLEMENTATION IN SOUTH CENTRAL OF THE PARANÁ

SUMMARY: The National Program for Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT) was created in 2003, and was improved in 2004. The PRONAT born to replace the "PRONAF Infrastructure and Municipal Services", being a program that once helped the family farmer, only in municipalities. The goal of PRONAT is broader, to promote planning and sustainable development in larger territories. Although the PRONAT has clear goals, the research revealed several practical difficulties, highlighting the absence of projects that meet all of the guidelines. Therefore, this article aims to analyze the projects funded by the Department of Territorial Development (SDT), showing the relationship of these projects with the PRONAT purposes. In this search, we used information from SDT/SGE, and data of the documents of the PRONAT. The analysis revealed the existence of several positive actions financed by the SDT, however, there was an accumulation of funds in the larger municipalities. In summary, it was concluded that the projects of South Central Territory of the Paraná do not meet all of the PRONAT guidelines. The shortcomings of these projects, unfeasible the sustainable development as is intend by Ministry of Agrarian Development. The reason for this weakness may be due to the lack of dialogue between social actors.

Keywords: Public policy. PRONAT. Projects.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná

INTRODUÇÃO

Inserido em um contexto de diversidade de conceitos relacionados à temática do Desenvolvimento Rural Sustentável, uma abordagem importante é a do Desenvolvimento Territorial, que no Brasil ganhou força com a política implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), o MDA implementa o PRONAT³, que atualmente apoia 239 territórios rurais em todas as unidades da Federação, número este que chega próximo à meta estabelecida pelo MDA, de 280 Territórios Rurais apoiados até 2015 (MDA, 2013)⁴. Para a inserção dos territórios no programa, alguns critérios são levados em consideração, como o número máximo de 80 habitantes por Km², articulação e representação consolidada da sociedade civil e do poder público, além da existência de um conselho em âmbito estadual que delibere sobre os assuntos pertinentes ao meio rural, tais como: agricultura familiar e sustentabilidade. As ações desenvolvidas pela SDT nesses territórios contam com recursos provenientes do Orçamento Geral da União, onde as instituições integrantes dos Colegiados Territoriais submetem projetos a chamadas específicas para este fim.

Este estudo erigiu-se a partir da necessidade de analisar a implementação destes recursos, e para tanto, além da análise do histórico de projetos aprovados no Território Centro Sul do Paraná, também foram utilizadas informações obtidas em regulamentos e editais do Programa, bem como de revisões bibliográficas pertinentes ao tema. Na primeira parte, contextualiza-se o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Na segunda parte, busca-se, contextualizar a temática Territorial, e a sua recente utilização aliada aos conceitos de Desenvolvimento. Na terceira etapa deste itinerário científico, foram discutidas as áreas de resultados do PRONAT, juntamente com os projetos financiados pelo programa no Território Centro Sul do Paraná. Por derradeiro, são apresentados os resultados das discussões desta investigação científica.

1 AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Em tempos de grandes mudanças e transformações, tal como se vislumbra hoje, nota-se que a compreensão do processo de desenvolvimento das diferentes nações e regiões tem ganhado significativa importância, haja vista a dimensão sistêmica e complexa que o conceito vem adquirindo.

A partir de 1988 o Brasil assumiu – institucionalmente – um caráter distributivista, contrário ao caráter concentrador anterior; da mesma forma, diversos países passaram por tais transformações, mormente nas décadas de 80 e 90, sobretudo na América Latina (MACHADO; PAMPLONA, 2008). Diante disso, e considerado o contexto competitivo hodierno, o desenvolvimento passa a ser visto como uma meta perseguida veementemente pelas nações, contemplando tanto as organizações públicas quanto privadas; com efeito, a palavra desenvolvimento passou a agregar novos significados e importância singular na conjuntura contemporânea.

O termo desenvolvimento é utilizado em discursos e justificativas das mais diversas ordens, principalmente políticas. No entanto, é um conceito transdisciplinar, sobre o qual

³ O PRONAT é fundamentado pela Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios - PROINF (PPA 2012-2015) e sua coordenação é feita pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, da Secretaria do Reordenamento Agrário - SRA e da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF.

⁴ <http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias/mais-74-territ%C3%B3rios-rurais-s%C3%A3o-incorporados-ao-programa-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>

giram discussões, e nem sempre há consenso. A economia trata de desenvolvimento praticamente como sinônimo de crescimento econômico, criação de mercados, competitividade; dados estatísticos são os parâmetros para análise de resultados. Mas o desenvolvimento não se resume (ou não deve se resumir) a crescimento financeiro; a qualidade de vida, a inclusão social, o respeito à cultura e identidades locais fazem parte do verdadeiro desenvolvimento. (PERISSATTO, 2009, p. 111)

Na perspectiva supracitada, torna-se visível que a concepção de desenvolvimento restrita ao crescimento econômico se mostra limitada e insuficiente para proporcionar o progresso pleno e duradouro. A fim de que as metas de desenvolvimento sejam alcançadas de forma justa e equitativa, mostra-se fundamental que os resultados de natureza financeira venham acompanhados de uma melhor distribuição de renda, respeito ao meio ambiente, e da promoção de melhor qualidade de vida à população, entre outros importantes aspectos atrelados ao desenvolvimento efetivo.

Sieber (1999) defende que um desenvolvimento exitoso não é simplesmente o mesmo que crescimento econômico, sendo necessário existir um contexto adequado de tipo social, econômico, político, administrativo e cultural para alcançar o que se define como desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento deve ser visto como um processo mais amplo que o crescimento econômico, sugerindo-se a integração das ações desenvolvimentistas junto aos contextos micro e macro ambiental, sendo pertinente considerar as particularidades regionais e locais em seus diversos âmbitos.

Doravante, a dinamização econômica deve vir acompanhada de ajustes locais, capazes de reconhecer as diversidades e potencialidades existentes dentro de cada região, ao mesmo tempo em que se estimula a participação ativa de agentes governamentais, sociais e produtivos, em uma perspectiva pluridimensional que contemple aspectos que transcendam a esfera econômica reducionista (JAIME, 2005). Considerando o desenvolvimento como um processo ativo, atrelado à participação de diferentes atores sociais e à articulação estratégica das políticas públicas, conclui-se que o desenvolvimento está intimamente ligado à cooperação entre agentes econômicos, sociedade civil, bem como, instituições públicas e privadas (SOUZA, 2009). Nesse sentido, a participação ativa dos diversos setores político-administrativos se faz essencial para que as metas de desenvolvimento sejam alcançadas de forma efetiva, ocupando função crucial a presença dos atores locais, desde que as intervenções pluralistas ocorram de forma sistêmica, regionalizada e sustentável.

Para Freitas (2011, p. 30) “a noção de crescimento econômico iníquo e a qualquer custo, tão cara a economistas, juristas e políticos superficiais, passa a ser agudamente problematizada e tendencialmente desconstituída pelos intelectos mais bem equipados”. A partir dessa perspectiva, nota-se que o desenvolvimento não se limita unicamente à expansão da capacidade produtiva de uma região, haja vista que o verdadeiro desenvolvimento contempla a integração e a ampla consideração do meio sócio-ambiental na esfera econômica de produção, incentivando arranjos produtivos capazes de potencializar as vantagens locais de modo responsável e estratégico perante a sociedade e o meio ambiente.

No entendimento de Furtado (1982) o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Com efeito, trata-se de um processo social, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre quando, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los.

Portanto, para que um desenvolvimento justo e equitativo ocorra, é fundamental que haja sistemas capazes de viabilizar uma participação efetiva da sociedade. Segundo Putnam (1996, p. 183) “quanto mais

desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo”. Sendo assim, entende-se que os impactos de uma participação ativa da sociedade local, em sintonia com o equilíbrio sócio-ambiental, poderão amplificar as dimensões do desenvolvimento regional e garantir a perenidade do crescimento produtivo e econômico, introduzindo a real perspectiva do desenvolvimento sustentável ao contemplar as variáveis sócio-ambientais em seu escopo.

Conforme argumentos contidos nas linhas anteriores, torna-se evidente que o desenvolvimento alicerçado em bases meramente econômicas não encontra meios de subsistir, de modo que a responsabilidade por preservar o equilíbrio do ecossistema e do meio social se mostra essencial na busca por garantir resultados positivos a longo prazo.

O discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. Este mecanismo ideológico não significa apenas uma volta de parafuso a mais da racionalidade econômica, mas opera uma volta e um torcimento da razão; seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social. (LEFF, 2005, p. 26)

A ponderação acima se mostra extremamente pertinente, sobretudo se considerado o fato de que os recursos naturais são finitos, e que grande parte dos conflitos sociais se deve ao crescimento econômico desordenado das regiões, circunstância esta gerada por políticas públicas lineares e visões desenvolvimentistas unidimensionais.

De acordo com Moraes e Sousa (2002), além da busca de resultados econômicos, as organizações devem contribuir para a sociedade e o meio ambiente onde estão inseridas, buscando um desenvolvimento sustentável na forma de ações, compromissos e práticas de responsabilidade social.

No momento em que se questionam as repercussões futuras das ações presentes, a questão da responsabilidade das gerações atuais em prol de garantir o equilíbrio e o bem-estar das gerações posteriores se faz cada vez mais intensa; tal como preconizava o Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987. Isto é, a essência do pensamento supracitado consiste em promover um desenvolvimento capaz de satisfazer as demandas hodiernas, sem comprometer a resiliência e a capacidade das gerações subsequentes atenderem suas necessidades ulteriores (próprias e inerentes).

Seguindo essa lógica, a preocupação para com o futuro deve permear todas as ações do presente, tendo em vista que as intervenções humanas ocorrem de forma sistêmica, impactando em dimensões que transcendem a escala geográfica local, e ultrapassam as medidas temporais imediatistas. Ou seja, os agentes de transformação (Estado, sociedade civil, empresas...) devem considerar os efeitos de suas ações no tempo e no espaço, adotando uma visão ampliativa, ao revés da perspectiva míope-restritiva.

Segundo Polanyi (1980, p. 161) “se se deixasse a economia de mercado desenvolver-se de acordo com as suas próprias leis ela criaria grandes e permanentes males”. Tal inferência se justifica pelo fato do modelo capitalista de crescimento, atrelado a uma perspectiva econômica singular e reducionista, trazer sérias distorções nas demais esferas do entorno desenvolvimentista, impactando negativamente – sobretudo – no viés sócio-ambiental.

O prisma do desenvolvimento – que outrora se restringia ao caráter unidimensional da economia – passa a integrar novas dimensões e áreas do conhecimento, de modo a exigir uma postura interdisciplinar dos atores comprometidos em promover um desenvolvimento em bases sustentáveis, sugerindo-se a

cooperação e a articulação entre os indivíduos atuantes nas diferentes esferas do domínio pluridimensional (MENDES, 2010). Portanto, mostra-se crucial o reconhecimento das organizações e da sociedade em geral como peças integrantes de um sistema complexo e interdependente, devendo os agentes de transformação atuarem de forma consciente acerca da repercussão de suas intervenções nos mais diversos aspectos (econômico, social, ambiental), promovendo-se – em última análise – o desenvolvimento sustentável.

2 A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL

O conjunto de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento social precisa ter seu foco cada vez mais direcionado ao bem estar das pessoas. Tendo por base o entendimento de Sen (2010), é possível apontar que o incremento no PIB não deve ser o alvo destas ações, e sim, a emancipação das pessoas, para que elas possam gozar da liberdade de escolhas, da justiça e equidade social; em suma, a utilidade das riquezas está na acessibilidade das pessoas às mesmas.

Uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele [...] o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo (SEN, 2010, p. 29).

Esta noção, se não prioritária para o planejamento de todas as políticas públicas, deveria ser o norte para aquelas que têm por objetivo dar mais dignidade e qualidade de vida às pessoas que atualmente se encontram à margem da sociedade. No meio rural, mesmo que não perceptível para muitos gestores, estas situações indesejáveis se reproduzem, e é a agricultura familiar o segmento onde elas se apresentam com mais força. (SACHS, 2003)

Tomando por base o entendimento de Capella (2007), um assunto ou uma questão específica, que neste caso pode ser a marginalização dos agricultores familiares, passa a integrar o leque de interesses governamentais quando chama a atenção daqueles que formulam as políticas públicas. Segundo o mesmo autor, este leque pode ser vasto, e a priorização das ações se dá por meio de um processo analítico, onde se leva em consideração três aspectos: Existência (ou constatação) de um problema; Factibilidade (operacionalidade) de alternativas ou soluções; e Ambiente político favorável. Portanto, somente se estas três situações forem contempladas, surge a possibilidade de inclusão de um problema em agendas governamentais.

Constitui um fato relevante e decisivo para a criação do PRONAT as reflexões realizadas sobre o desempenho do “PRONAF Infraestrutura e Serviços”, onde se constatou a fragilidade do Controle Social, resultante da submissão dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais ao poder público local, ou da dominação dos primeiros pelos segundos (ABRAMOVAY, 2001). A hipótese de Abramovay e Veiga (1999) deu mais força para a criação do PRONAT, mormente ao refletirem que o “PRONAF Infraestrutura e Serviços” poderia estar negligenciando certos aspectos do desenvolvimento da agricultura familiar.

Um momento importante para a consolidação destas conclusões foi quando as universidades e seus pesquisadores começaram a discutir o desenvolvimento tendo por base a esfera regional ou territorial. Quando essa discussão ganhou espaço efetivo no Brasil, colaborou para a definição da atual política de Desenvolvimento Territorial. Nesse sentido, Ferreira (2012) conclui que os fatos que favoreceram a substituição do “PRONAF Infraestrutura e Serviços” pelo PRONAT foram dois: primeiro, a

implementação dos ideais de justiça social trazidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; segundo, a estruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário com técnicos determinados a substituir o planejamento com enfoque municipal pela política pública de planejamento territorial.

O PRONAT, desde sua origem em 2003, foi pautado em dois elementos: o protagonismo dos atores sociais e o planejamento da gestão social. A flexibilidade para cada território configurar os colegiados de acordo com a realidade, diferencia este programa de outras experiências. A paridade entre governo e sociedade civil, juntamente com a possibilidade de elaborar elementos de planejamento, também explicitam a inovação deste modelo de gestão.

A proposta do Programa se baseia na promoção de debates sobre o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva territorial, tendo no conselho gestor bipartite o principal espaço para a construção de propostas e definição das prioridades de investimento dos recursos do Programa (FERREIRA, 2012, p. 194).

Ainda de acordo com Ferreira (2012), o governo federal juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), buscou estabelecer (em 2003) um referencial para a estruturação da política de desenvolvimento territorial, o qual possibilitou a publicação do documento Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Nesse documento, a persistência da pobreza no meio rural brasileiro foi apontada como o problema central que justificava a implantação da política.

Para que a estratégia de desenvolvimento seja colocada em prática, dois instrumentos são de fundamental importância: o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e os projetos específicos de cada Território. O PTDRS é um momento de debate sobre questões relevantes de cada Território, além de impelir a definição de estratégias e ações envolvendo todos os atores. Já os projetos devem ser colocados em prática sempre que forem disponibilizados recursos. No âmbito específico do PRONAT, a formação de órgãos colegiados é o elemento central na operacionalização desta política, já que é nestes espaços que devem ocorrer os debates em prol das propostas de desenvolvimento e, outrossim, a definição das prioridades em investimentos do programa.

Entretanto, um dos principais desafios ao completo desenvolvimento rural reside na iníqua concentração fundiária, a qual deixa o meio rural à mercê da pobreza e da exclusão. Uma segunda questão é a ausência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável nos debates territoriais, tendo em vista que eles ainda não estão devidamente inseridos nos Territórios, o que reflete negativamente na implementação dos projetos.

Para Sachs (2003, p. 30), é estranho o fato de que no Brasil a agricultura familiar possui um grande potencial de desenvolvimento, e ao mesmo tempo, constitui um dos maiores repositórios de miséria e exclusão. Nesse sentido o PRONAT pode ser visto como um instrumento de apoio, através do qual as instituições consigam se equipar na construção de uma nova realidade rural, de tal sorte que o desenvolvimento sustentável deixe de ser uma utopia na conjuntura hodierna.

Outro fundamento para esta política é o conceito de Território, que tem sua gênese na Geografia Política como um espaço concreto ocupado por um grupo social, sendo visto como uma concepção geradora de raízes e identidades. Nesse sentido, para apreender o conceito de território, faz-se necessário considerar as nuances da identidade simbólica em apreço, assimilando que a mesma é fruto de uma construção histórica onde relações sociais são projetadas no espaço. Por conseguinte, não se pode separar o território físico do território identidade; ou seja, para existir um território efetivo, os dois têm que coexistir (SOUZA, 1995).

Ademais, o território é o foco das estratégias econômicas, sociais e políticas; sendo a unidade de gestão básica das políticas públicas. O território, neste contexto, é entendido como uma construção social que incorpora dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais (PERICO, et al. 2011).

A estratégia de desenvolvimento proposta pela SDT/MDA é efetivada nas ações do PRONAT, que tem por referências, dentro outros aspectos, as suas áreas de resultados (BRAGA, 2010): **a) Fortalecimento da gestão social:** construção de espaços populares de discussão sobre os rumos do desenvolvimento sustentável, que promovam o planejamento, inclusão e participação de novos atores, articulação de políticas públicas, incluindo parcerias para a destinação de recursos materiais, tecnológicos e humanos. **b) Fortalecimento das redes sociais de cooperação:** orientar o emprego do capital social dos territórios e transformá-lo em iniciativas coletivas rumo à formulação, implementação e gestão de planos territoriais de desenvolvimento sustentável. Através disto, transitam informações que ampliam as capacidades humanas e institucionais, facilitando as relações econômicas, sociais, políticas e culturais; **c) Dinamização econômica dos territórios rurais:** articulação das redes de cooperação, na concepção de cadeias e arranjos produtivos, no agrupamento de setores e empresas, na criação de agroindústrias, favorecendo a integração de atividades rurais e urbanas, mantendo o compromisso com a ampliação da renda, com políticas de apoio aos agricultores familiares, organizações associativas e cooperativas, aos micro e pequenos empreendimentos rurais; **d) Articulação de políticas públicas:** baseada em um processo de integração que gere um ambiente inovador para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, sobretudo através do acesso a recursos e serviços, ampliando os meios concretos de geração de riqueza ao se assegurar uma apropriação mais equitativa por parte dos atores sociais.

Considerando as especificidades do objeto investigado, destaca-se que o Território Centro Sul do Paraná é composto por doze municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. O processo de desenvolvimento do referido território esteve centrado, desde a sua gênese, na participação das comunidades rurais e seus cidadãos, na discussão da sua realidade, e na proposição de mudanças estratégicas. As primeiras movimentações em favor desse objetivo tiveram início em 1996, com a instituição dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural dos municípios de Rebouças e Inácio Martins, exemplo seguido pelos demais municípios. No ano de 2005, muitas ações foram desencadeadas em âmbito territorial, contudo, o reconhecimento e a aceitação por parte da Secretaria de Desenvolvimento Territorial fizeram com que o Território fosse incluído oficialmente no PRONAT, fato este de grande relevância para todos os apoiadores destas ações em âmbito local (MDA, 2012).

Segundo Graziano da Silva (2008), uma região que almeje ser reconhecida como território, necessariamente precisa ter três propriedades. Primeiramente, destaca-se a necessidade de possuir uma **geografia definida**, ou seja, deve ser um espaço com delimitações conhecidas, e estas não precisam necessariamente ser estipuladas pela divisa de municípios, e tão pouco precisa ser perpetuamente imutável. O Território Centro Sul pode ser identificado geograficamente pelo rico potencial aquífero, pois, os seus 9.856,17 km² encontram-se dispersos em três importantes bacias hidrográficas, Iguaçu, Ivaí e Tibagi. Outro fato gerador de identidade geográfica é a predominância do Bioma Floresta Ombrófila Mista (Floresta Nacional da Araucária), que mesmo apresentado expressivos sinais de degradação, ainda atribui adjetivos ao território, como por exemplo, "Terra dos Pinheirais". Outra das propriedades desejáveis a um território é a **coesão socioeconômica**, que nesse caso, se expressa pela predominância da economia agrícola de base familiar⁵, e pela dependência de grande parte dessas famílias ao cultivo do

⁵ Nos municípios que o compõem, existem mais de 21 mil estabelecimentos de agricultura familiar, número este que corresponde a 88,5% dos estabelecimentos totais. Este segmento, expressivo em quantidade de estabelecimento,

tabaco. O terceiro atributo pelo qual um território é reconhecido se situa na **dimensão político-institucional**, ou seja, "pela coesão de seus principais atores sociais, ou em última instância, de seu povo" (GRAZIANO da SILVA, 2008, p. 172) a qual se manifesta desde os primórdios da organização em apreço, antes mesmo do seu reconhecimento pela SDT/MDA.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa constitui um estudo de caso, onde foram analisadas as informações referentes aos projetos financiados pelo PRONAT no Território Centro Sul do Paraná. Um esforço que segundo Gil (2008) permite o conhecimento amplo e detalhado dos poucos objetos estudados. De acordo com o entendimento de Yin (2010) um estudo de caso é um método empírico, "que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (YIN, 2010, p. 32).

Este estudo de caso buscou ponderar cada um dos projetos de maneira isolada, como fenômenos individuais, contudo, eles representam partes em um todo, que constitui um estudo de caso múltiplo. Para Yin (2010), "a evidência dos casos múltiplos é, muitas vezes, considerada mais vigorosa e o estudo, em geral, é, por essa razão, visto como mais robusto". (YIN, 2010, p. 79)

Em termos práticos, foram analisados os projetos financiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, deliberados ou não pelo Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná, entre 2003 a 2012. A metodologia empregada nesse estudo baseou-se em análises de documentos provenientes do Sistema de Gestão Estratégica - SGE⁶ do Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde qualquer cidadão pode obter informações a respeito de todos os projetos financiados pelo programa, em todos os territórios do Brasil.

A abordagem utilizada foi quali-quantitativa, pois a conciliação destas duas técnicas é pertinente e corroborada pelo entendimento de Goode e Hatt (1999), quando afirmam que "a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre ponto de vista estatístico e não estatístico". (GOODE e HATT apud RICHARDSON, 1999, p. 79). Outra técnica muito importante para a análise das informações foi a observação direta, que proporcionou a obtenção de subsídios complementares em relação à análise documental.

Segundo Lakatos e Marconi (2003) esta é uma técnica que utiliza diversos sentidos, e não só o ver e ouvir. "A observação ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência" (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 191). Esta pesquisa também pode ser classificada como pesquisa aplicada, pois, segundo Gerhardt e Silveira (2009 p. 35) "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais".

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois de acordo com o entendimento de Gil (2008, p. 28) "as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relação entre as variáveis". Ainda de acordo com o entendimento do mesmo autor, este tipo de pesquisa é muito utilizado por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

desfruta de 45,2% das terras, ao passo que, a agricultura não familiar representa 11,5% dos estabelecimentos e ocupa 54,8 % das terras. (IBGE. Censo Agropecuário 2006).

⁶ <http://sge.mda.gov.br>

Segundo Richardson (2010, p. 89) “a pesquisa social deve estar orientada à melhoria das condições de vida da grande maioria da população. Portanto, é necessário, na medida do possível, integrar pontos de vista, métodos e técnicas para enfrentar esse desafio”.

Para que os objetivos desse estudo fossem plenamente atingidos, e tendo por base o entendimento de que um projeto dificilmente estará relacionado a apenas uma das quatro áreas de resultados do PRONAT, buscou-se classificar os mesmos, atribuindo e relacionando seu grau de observância. Com efeito, foram analisados 43 projetos, tendo por parâmetro o grau de aderência dos projetos em relação a cada uma das quatro áreas de resultado.

Em outros termos, para cada projeto foram conferidos quatro pesos, e estes foram relacionados às áreas de resultado do PRONAT (Fortalecimento das redes sociais de cooperação; Dinamização econômica dos territórios rurais; Articulação das redes de cooperação e Articulação de políticas públicas), podendo os quatro pesos estar distribuídos em uma única área de resultado, a mais de uma área, ou em casos extremos, a nenhuma delas.

Sendo assim, o presente estudo viabilizou a evidenciação de qual a relação dos objetivos dos projetos executados no Território Centro Sul do Paraná (2003 a 2012) com as quatro Áreas de Resultado do PRONAT, permitindo aferir qual o grau de consistência dos mesmos na promoção de um desenvolvimento pluridimensional.

4 RESULTADOS

A partir de análises empíricas, constatou-se que durante os anos de 2003 a 2012, o Ministério do Desenvolvimento Agrário apoiou quarenta e três projetos no Território Centro Sul do Paraná, nos quais foram investidos R\$ 5.834.999,72. Do montante total dos projetos, os recursos da SDT/MDA foram de R\$ 4.442.184,28 e R\$ 1.392.815,44, sendo tais recursos provenientes dos orçamentos dos proponentes, composta pelas doze prefeituras dos municípios do Território, em conjunto com uma Organização não Governamental, denominada Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - CEDEJOR.

Sobre a natureza dos recursos, infere-se que o MDA, nos primeiros anos de operacionalização do PRONAT, financiou projetos que solicitavam verbas de Investimento e Custeio em uma mesma proposta⁷. Com o passar do tempo, acredita-se que por exigências do órgão administrador dos recursos, que neste caso é a Caixa Econômica Federal, não se permitiu que os projetos englobassem recursos de duas naturezas em uma única proposta, resultando em dificuldades para os proponentes e diminuindo assim a quantia de propostas de custeio financiadas.

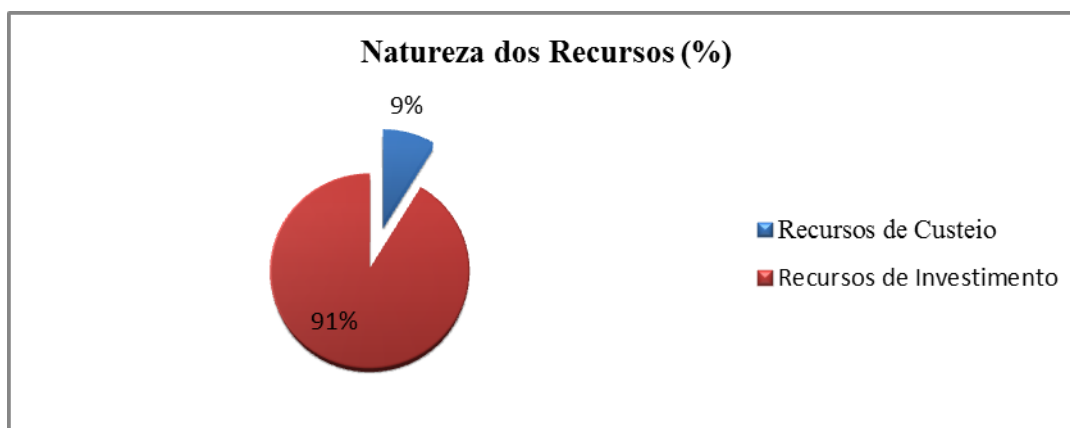
Atualmente o PRONAT não tem financiado recursos de custeio, focando sua atuação em investimentos, e atendendo - quase exclusivamente - instituições do poder público, em razão da legitimidade jurídica que possuem para solicitar recursos de investimento ao governo federal. Tais normativas, de certo modo, se caracterizam como dificuldades para que as instituições integrantes dos conselhos territoriais possam acessar recursos de custeio, que viabilizem ações promotoras de desenvolvimento.

Tal conjuntura resultou em um pequeno número de propostas de custeio, que no caso do Centro Sul do Paraná foram apenas três projetos no universo de quarenta e três. Sobre o montante de recursos que esses projetos utilizaram, fica ainda mais evidente as discrepâncias, tendo em vista que o território em

⁷ É sabido por diversos agentes territoriais no Centro Sul do Paraná, e documentando por PICINATTO (2010), que inúmeros projetos financiados pelo PRONAT, sobretudo nos primeiros anos, englobavam recursos de Investimento e de Custeio, contudo, no sistema de gestão do MDA, os mesmos são classificados apenas como Projetos de Investimento.

estudo é uma área notavelmente conhecida pela fragilidade e ausência de Organizações da Sociedade Civil, a exemplo dos movimentos sociais, fundações, associações e sindicatos. Segue Figura 1 que demonstra a relação entre recursos de custeio e investimento:

Figura 1 - Relação entre valores de Investimento e Custeio no Território Centro Sul.



Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

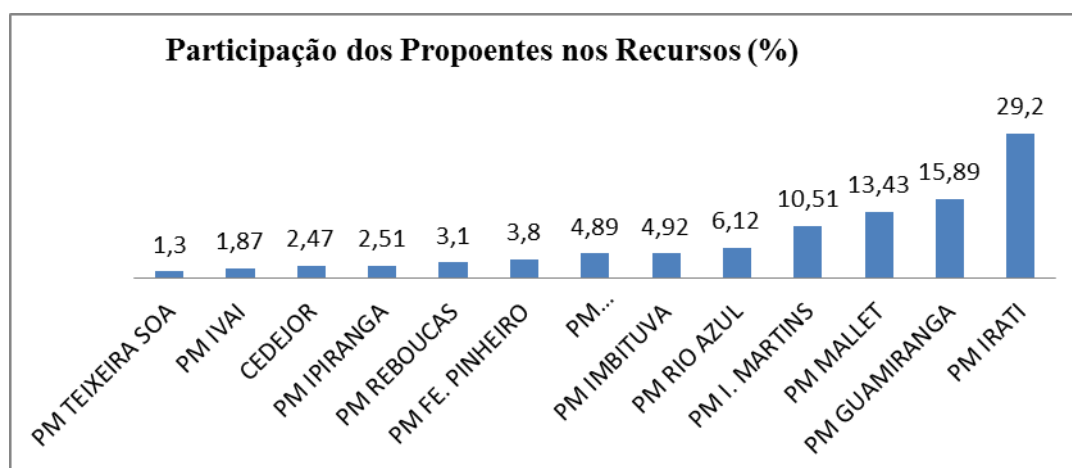
Outra grande dificuldade evidenciada no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2011) é a fragilidade do processo de Gestão dos Projetos e das ações do Conselho, o baixo número de capacitações ofertadas aos conselheiros e a incipiente participação dos agricultores familiares no processo de gestão dos projetos. Foi por meio da análise desta situação que se tornou possível entender a afirmação de Sachs, para o qual o desenvolvimento em âmbito local não se decreta, ela deve ser construída por um processo pedagógico, que em alguns casos pode ser rápido, e em outros não (SACHS, 2009).

De todos os projetos financiados no Território, os municípios de Irati e Inácio Martins se mostram mais eficientes, tendo respectivamente nove e cinco projetos apoiados pelo PRONAT. No primeiro caso, Irati se apresenta como o maior município do Território, com uma equipe administrativa bem estruturada e numerosa, sediando diversas secretarias de estado, autarquias governamentais, instituições federais, universidades, etc., que fazem com que o capital social do mesmo se diferencie dos demais no momento de elaborar projetos.

O município de Inácio Martins, segundo melhor desempenho no número de propostas apoiadas pelo PRONAT, constitui um caso interessante, pois dos cinco projetos, apenas um foi deliberado pelo conselho gestor, sendo os outros quatro provenientes de emendas parlamentares, fato este que pode revelar um bom desempenho no que diz respeito à articulação política de seus gestores. Analisando este mesmo aspecto, dos nove projetos que tiveram a Prefeitura Municipal de Irati como proponente no PRONAT, quatro foram discutidos e deliberados no conselho gestor, e cinco foram provenientes de articulação política para emendas parlamentares. Dos demais municípios, pode-se referenciar o desempenho destes: Guamiranga, Prudentópolis, Rio Azul e Rebouças, com quatro projetos cada um deles.

Sobre a participação dos municípios na utilização dos recursos do PRONAT⁸, pode-se observar que quatro deles (Irati, Guamiranga, Mallet e Inácio Martins) foram responsáveis pela utilização de 69% dos recursos aplicados em todo o Território, conforme ilustra a Figura 2.

⁸ Neste caso, levou-se em consideração o valor total de cada projeto, não estando separado o valor repassado pela SDT/MDA no que tange às contrapartidas dos proponentes.

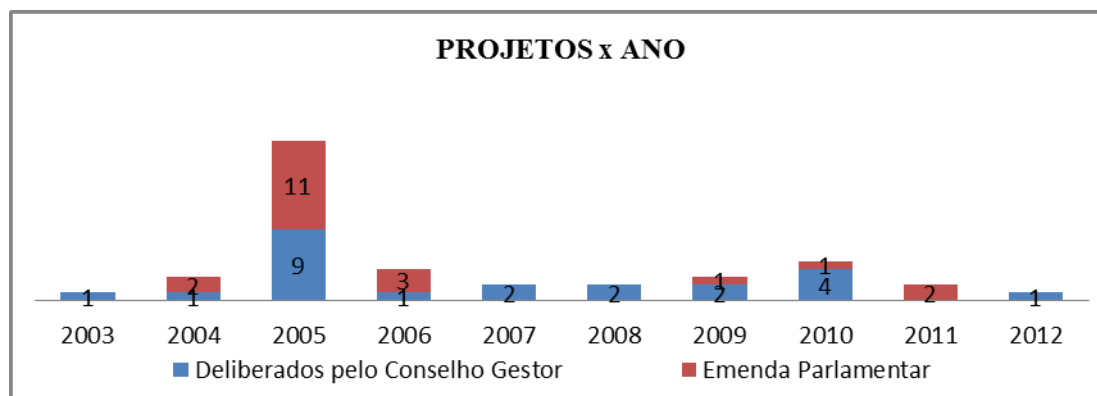
Figura 2- Desempenho dos proponentes na aplicação de recursos do PRONAT.

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Ao analisar os manuais de orientações para utilização dos recursos do PRONAT (2004; 2007-2008; 2011; 2012 e 2013), percebe-se que um dos principais requisitos é uma "ata de aprovação e priorização dos projetos". Isto leva a crer que, um projeto para ser financiado pelo PRONAT, deve ser discutido junto ao conselho gestor do Território. Não se restringindo a esta recomendação, os mesmos manuais indicam responsabilidades aos Núcleos Diretivos dos Conselhos Territoriais, bem como, para os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural, as Delegacias do MDA, e aos Consultores Estaduais da SDT. Ao se pesquisar a realidade no Centro Sul do Paraná, percebe-se que nem sempre estes requisitos são seguidos, e que algumas forças políticas por vezes fazem driblar uma normativa que, para os colegiados, é regra fundamental para aprovação dos projetos. Corrobora esta conclusão o entendimento de Picinatto (2010), mormente ao asseverar que uma das grandes dificuldades encontradas no Território Centro Sul do Paraná reside na cultura política municipalizada:

[...] que abarca tanto as organizações da sociedade civil (movimentos sociais, sindicatos, associações, cooperativas, etc.), que mesmo envolvidas em articulações mais abrangentes ainda atuam olhando preferencialmente o local, como também as instituições governamentais, nesse caso especialmente as prefeituras. As Prefeituras, principalmente aquelas com forte influência de políticos locais - deputados estaduais e federais - ainda se utilizam de Emendas Parlamentares em busca de recursos para seus municípios, deixando de lado a estratégia territorial, tentando resolver de forma isolada seus problemas (PICINATTO, 2010, p. 7).

Ao se observar o gráfico ulterior, percebe-se que em 2004 e 2006 as propostas de Emenda Parlamentar foram mais numerosas que as apresentadas pelo colegiado. Em 2011, apenas dois projetos foram financiados pelo PRONAT no Centro Sul, as duas se viabilizaram por meio de emenda parlamentar. Entre os fatos elencados, o mais pujante é que, em 2005, foram vinte propostas financiadas pelo programa, e destas, nove discutidas no conselho, ao passo que apenas onze foram encaminhadas ao Ministério via Emenda Parlamentar.

Figura 3 - Comparativo anual entre projetos deliberados pelo conselho e projetos de emenda parlamentar.

Fonte: Dados de Pesquisa (2013).

Tendo por base o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2011), o qual registra as intenções dos atores envolvidos no processo de articulação do desenvolvimento territorial, é possível realizar outra análise, neste momento com eixos prioritários do PTDRS. A versão de 2011 é uma revisão da versão discutida e sistematizada em 2007. O PTDRS organiza as ações do Conselho Territorial, bem como, de todas as instituições que o compõem em quatro grandes eixos, como apresenta a Figura 04. Nesta análise, não se levou em consideração os vinte projetos encaminhados para o MDA via emenda parlamentar, os quais correspondem a 46,5% das propostas e 28,27% dos recursos investidos pelo programa no Território.

Tabela 1 - Classificação dos Projetos Territoriais tendo por base os Eixos do PTDRS

Eixos	Nº de Projetos.	Recursos (R\$)	Ações
D P e M A ⁹	10	1.664.229,86	Estruturação de unidades de beneficiamento e classificação de frutas. Estruturação de ATER para Fruticultura.
C O e M ¹⁰	2	734.093,36	Estruturação de Unidade de Comercialização. Estruturação de Unidade de processamento mínimo para atendimento ao PNAE.
D H e I S ¹¹	9	1.655.102,51	Estruturação de Centro de Formação. Mobilização e articulação da juventude rural. Regularização fundiária.
G D T ¹²	2	131.881,89	Estruturação de Colegiado Territorial e Instituições parceiras.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Ao se retomar as discussões sobre as áreas de resultado do PRONAT, e com base no método de classificação já contextualizado, utilizou-se estes quatro eixos-centrais definidos pelo programa a fim de se analisar a pertinência dos projetos financiados no Centro Sul do Paraná.

⁹ Diversificação, produção e meio ambiente;

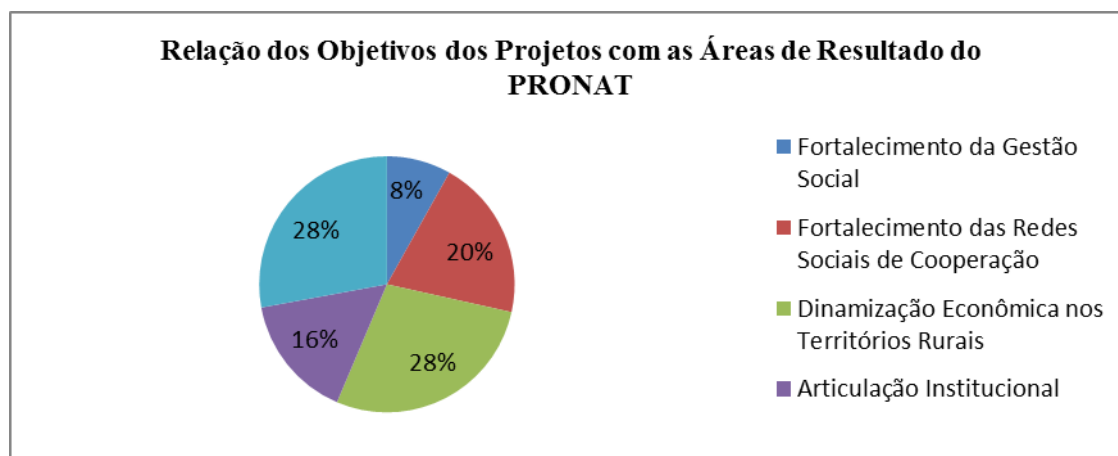
¹⁰ Comercialização, Organização e Mercados;

¹¹ Desenvolvimento Humano e Inclusão Social;

¹² Gestão do Desenvolvimento Territorial.

De acordo com as análises realizadas¹³, quarenta e oito pesos não foram atribuídos às áreas de resultados, pois concluiu-se que alguns projetos não dialogavam com as propostas do programa e nem com as demandas específicas do Conselho Gestor. Essa situação se justifica pelo grande número de projetos financiados com emendas parlamentares, situação que não se relaciona com a filosofia do PRONAT, contudo, acredita-se que estes projetos atenderam uma demanda real e presente nos municípios proponentes:

Figura 4 - Classificação dos Objetivos dos Projetos de acordo com as áreas de resultado do PRONAT.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

Foram relacionados à área "Fortalecimento da Gestão Social" projetos cujo objetivo principal tem afinidade com a capacitação e formação dos agricultores familiares e técnicos, além da consonância com a estruturação dos sindicatos de trabalhadores rurais e centros comunitários, haja vista que tais aspectos foram interpretados como apoiadores da construção de espaços populares de discussão dos rumos do desenvolvimento sustentável.

Para a área "Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação", foram classificados projetos que tinham por objetivo fortalecer a organização de grupos específicos, como jovens, fruticultores, comunidades tradicionais e também iniciativas relacionadas à Assistência Técnica e Extensão Rural, pois emerge a convicção de que estes aspectos apoiaram a circulação de informações e conhecimentos, facilitando as relações econômicas e sociais, favorecendo o aumento da capacidade técnica e gerencial ao articular as demandas do PTDRS.

Os projetos relacionados à "Dinamização Econômica dos Territórios Rurais" foram os que apresentaram relação direta com as questões produtivas, bem como, tangenciaram os processos de assistência técnica, estruturação de unidades de classificação, beneficiamento, processamento de matéria-prima e comercialização, além de se relacionar fortemente com os serviços públicos inerentes à geração de renda para os agricultores familiares.

Por derradeiro, no que tange à área de resultado "Articulação de Políticas Públicas", foram classificados projetos cujo objetivo central é facilitar o acesso dos agricultores familiares a diversas políticas públicas. Projetos relacionados ao PNAE e Regularização Fundiária fazem parte do grupo dos dispostos nessa área, pois visam à integração de instituições na busca de um ambiente inovador e

¹³ Foram atribuídos 172 pesos aos 43 projetos analisados, tendo por referência as relações que cada um deles tem com as áreas de resultado.

favorável ao desenvolvimento sustentável dos agricultores e do Território.

CONCLUSÃO

Em face das reflexões trazidas neste artigo, nota-se que o desenvolvimento possui dimensões que extrapolam o viés meramente econômico, haja vista que existem outros elementos (sociais, políticos, culturais, ambientais) que exercem influência direta na qualidade e na perenidade do desenvolvimento. Dentro desta perspectiva é que o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou força, de modo que as atuais políticas públicas (a exemplo do PRONAT) passaram a ser implementadas com o propósito de otimizar os resultados pretendidos pelos atores sociais, sobretudo nessa importante missão de promover um desenvolvimento perene e equitativo.

A partir dos dados coletados nessa pesquisa, constatou-se que a distribuição dos recursos públicos dentro do Território Centro Sul do Paraná ocorreu de forma desigual, concentrando-se em um grupo restrito de municípios, fato este que não condiz com os objetivos do PRONAT, dentre os quais se destaca o anseio na promoção de um desenvolvimento equitativo, de tal sorte que as regiões e localidades menos favorecidas possam acessar recursos e desenvolver projetos que realmente atendam as dificuldades locais. Em termos teóricos, a instrumentalização ideológica do PRONAT vislumbra permitir que as localidades mais carentes consigam – paulatinamente – superar suas limitações, convertendo seus atributos em ativos territoriais.

Para que estas precariedades sejam revertidas, sugere-se que o conselho territorial empreenda uma jornada de capacitação e discussão dos seus objetivos, assim como, a apresentação do PTRDS em todos os municípios, motivando os Conselhos Municipais e as organizações da agricultura familiar a pleitear projetos do poder executivo, tendo como foco as demandas acordadas e documentadas no Plano.

Por mais que essa análise possa classificar o objetivo dos projetos, ela não tem capacidade de avaliar a real efetividade dos mesmos, pois retratam um universo amplo e diversificado, de modo que para realizar tal avaliação seria necessária uma pesquisa mais detalhada, *in loco*, por meio de entrevistas e vistorias, a fim de elaborar um relatório de monitoramento apto a retratar a situação hodierna de cada um deles.

Por fim, evidencia-se a necessidade de que o Conselho Gestor identifique quais as áreas com maior carência no Território Centro Sul, elencando quais as necessidades de recursos que a SDT não pode disponibilizar. Destarte, tornar-se-á possível objetivar a busca por novas fontes de recurso, tanto em âmbito governamental quanto privado, a fim de que se possa – de veras – implementar projetos impactantes (de cunho econômico, ambiental e social), contribuindo para um desenvolvimento efetivamente sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-140, set./dez. 2001.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão nº 641).

BRAGA, N. L. **Balanco de Gestão: Resultados das Ações do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) 2003-2010**. Brasília: SDT/MDA/IICA, 2010.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G. et al. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FERREIRA, R. de S. Itinerário da Política Pública: o caso do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 2, 2012.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FURTADO, C. **A nova dependência, dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Método de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO da SILVA, J. et al., Experiências de desenvolvimento territorial e controle social no governo brasileiro. In.: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, M.(orgs.) **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br Acesso em 20 out. 2013

JAIME, P. Dos encontros entre Estado e sociedade civil: um exercício de etnografia do pensamento moderno. Civitas: **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, jan./jun. 2005.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, abr. 2008.

MENDES, V. A. A teoria da dependência à luz da realidade atual. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural. **PRODUTO 2: Análise do processo de qualificação Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)**. Março, 2012.

MORAES, D. A.; SOUSA, A. F. **A responsabilidade social e o balanço social da empresa**. São Paulo: USP, 2002.

PERICO, R. E. et al. **Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo**. Brasília: IICA, 2011.

PERISSATTO, E. B. **Projetos de reforma agrária no noroeste do Paraná: disparidades estruturais e impactos**. Maringá: UEM, 2009.

PICINATTO, A. G. Produto 7. **Documento contendo diagnóstico da implementação dos projetos apoiados pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais entre os anos de 2003 a 2009 nos territórios 1 e 2: Centro Sul e Paraná Centro**. Curitiba: IICA, 2010.

POLANYI, K. P. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SACHS, I. Gestão social para desenvolvimento sustentável e democrático dos territórios. In BACELAR, T.(Org). **Gestão Social Dos Territórios**. Brasília: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 10).

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEBER, W. V. Los actores en la dimensión local. In: GUTIÉRREZ, F. R. (org.). **Manual de Desarrollo Local**. Gíjon: Trea, 1999.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CORRÊA, R. Lobato et all (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

TORRENS, J. C. S. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Centro-Sul Do Paraná**. Curitiba: 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.